

COMO ORIENTAR O TRABALHO NO 2º SEMESTRE ? (1ª Parte)

PROPOSTA 1 ou 2 QUAL A MAIS CERTA ?

Já antes de surgirem divergências quanto ao trabalho a desenvolver no segundo período (propostas 1 e 2) os colaboradores se encontravam divididos quanto ao trabalho a desenvolver pelas comissões de curso, imprensa de curso... no seguimento da "proposta reorganizativa".

Propunha esta a realização de Comissões de Curso destinadas a criar "equipas informativas e culturais" e que a par disso deveriam fazer o levantamento dos processos surgidos no curso, estudar quais as possibilidades e maneira de os levar para a frente. Deveria haver uma imprensa de curso regular quer para informar os estudantes do trabalho desenvolvido nas Comissões de Curso, quer para os esclarecer sobre, por exemplo, o que são e para que servem as Comissões de Curso.

Mas estando-se a desenvolver na Faculdade um processo global contra as prisões e suspensões não iria uma viragem para os cursos e consequentemente para o estudo dos problemas pedagógicos neles surgidos, parcelizar a luta e provocar o afogamento do processo global nos processos de curso? Não iria a saída da imprensa de curso desviar as atenções dos estudantes para os seus problemas de curso e levá-los a pensar que era mais importante desenvolver uma luta à volta dos seus problemas imediatos?

Se bem que em sucessivas reuniões de colaboradores e posteriormente na Circular 20 se tentassem esclarecer estas dúvidas isto nunca foi conseguido. Assim as hesitações dos colaboradores vão-se reflectir nas propostas para o trabalho do segundo período.

É preciso saber corrigir os erros

"Que se cometa este ou aquele erro pouco importa e, desde que o saibamos detectar e corrigir, a sua influência será aniquilada

(...)

Por vezes as situações evoluem e não nos damos conta disso. Aplicamos fórmulas que não se enquadram nas novas condições e erramos. O que importa é saber corrigir esses erros a tempo, fazer com que as nossas ideias passem a corponder às novas condições objectivas.

A correcção das falhas revigora o Movimento.

(...)

Os colaboradores percebendo-se dos erros e reconhecendo-os honestamente, mostram a sua decisão de dar (este ano) um novo impulso ao MAEESL"

in "Pela linha de Massas" Relatório da Direcção do MAEESL

70/71

— V SEMINÁRIO INTERNO —
— DE ESTUDOS ASSOCIATIVOS —

AEFCL ————— Fev 73

PROPOSTA 1 ~~PROPOSTA 2~~ PLATAFORMA

Os colaboradores no final do primeiro período viram-se na necessidade de analisar a situação concreta de Ciências e a federativa, para chegarem a conclusões acerca da forma de conduzir o trabalho no segundo período.

Com o aparecimento de 7 incorporações no Exército Colonial, mais se pronunciaram as divergências existentes entre os colaboradores quanto à maneira de responderem a isto.

Assim surgiram duas propostas baseadas em diferentes análises da situação.

Os colaboradores que defendiam a proposta 1 defendiam que os estudantes ainda eram capazes de se mobilizarem, não só à volta das suspensões mas também, e principalmente, à volta das incorporações. Defendiam também que aderativamente as outras escolas eram capazes de mobilizar os estudantes em torno deste assunto, principalmente o IST pois 3 dos estudantes incorporados pertenciam a este Instituto. Também Medicina e Letras estavam em luta à volta de mapas de xam e suspensões.

Propunham portanto alguns colaboradores que se fizesse uma RGA virada essencialmente para as incorporações donde sairiam propostas de concentrações e Meetings em aulas de catedráticos ou professores denunciantes.

A mobilização resultante destas concentrações iria proteger os quadros impedindo a sua identificação e as consequentes suspensões.

Esta mobilização seria acompanhada de uma ampla campanha informativa a nível de caratues, informações nas turmas e improp virada sempre para as incorporações, devendo sempre os quadros tomar as devidas precauções para não serem identificados.

O seguimento seria garantido pois haveria depois Comissões de Curso que ligariam as incorporações com os problemas dos cursos, passando assim a discussão de nível geral para os cursos. No entanto haveria de início um período de grande mobilização geral.

Os colaboradores que defendiam a proposta 2 defendiam que não havia condições para que a resposta às incorporações fosse dado a nível do MA, não só pelos estudantes estarem desmobilizados e cansados dum período de luta, e nesse momento já voltados para o problema dos exames, mas também porque o número dos quadros que seriam capazes de conduzir o movimento dentro da Faculdade ser muito reduzido e não haver possibilidade de uma ampla discussão em torno das incorporações que permitisse que os estudantes conscientemente se mobilizassem em torno deste problema, isto por até agora o problema da guerra colonial nunca ter sido discutido a perspectivado junto da grande maioria estudantil.

Portanto o trabalho deveria ser voltado principalmente para as Comissões

de Curso onde se iria discutir os problemas pedagógicos específicos de cada curso, bem como, e sempre que possível, fazendo a ligação com as incorporações. Ir-se-ia assim agregar novos colaboradores às Comissões de Curso, que iriam por isso reforçar a organização, logo aumentar o número de quadros que poderiam trabalhar, o que neste momento para nós é decisivo. Ora com base neste reforço organizativo das C.C. que seria possível fazer a protecção dos quadros uma vez que é com o apoio dos cursos e com a organização do trabalho que os podemos proteger e consequentemente evitar as suspensões, visto não haver mobilização à volta da luta contra as incorporações nem se vislumbra alteração sensível desta situação.

Plataforma - Na virtude de existirem divergências dificilmente ultrapassáveis quanto à análise da situação e portanto à forma de conduzir a luta no segundo período, propôs-se uma plataforma de acordo que permitiria avançar com o trabalho a curto prazo.

Decidiu-se então que o trabalho no segundo período seria orientado para a resposta às incorporações. Dever-se-ia aproveitar a mobilização* provocada pela indignação que as incorporações despertaram nos estudantes para fazer uma RGA logo no início do período. No entanto deveriam haver C.C. antes da RGA onde se tratariam das incorporações, mas os quadros deveriam ser suficientemente maleáveis para tratar qualquer problema pedagógico que os estudantes quisessem resolver.

Quanto às informativas os quadros deveriam ter cuidado para não serem isolados quando afixavam cartazes, distribuíam imprints ou davam informações nas turmas.

Devia-se também realizar reuniões de curso viradas para as incorporações, destas reuniões é que sairiam as propostas para a RGA.

A PLATAFORMA E O TRABALHO REALIZADO EM JANEIRO

A aplicação da chamada "plataforma" de acordo entre os colaboradores, reflectiu claramente no trabalho realizado desde Janeiro o facto de ela não ser uma orientação definida para o trabalho associativo como foram por exemplo as propostas 1 e 2.

No entanto é errado dizermos que ela só teve aspectos negativos. Ela teve, pelo menos, um aspecto positivo de grande importância: permitiu-nos começar a trabalhar, foi a única forma de sair do impasse criado pelas divergências existentes entre nós que se arrastavam interminavelmente durante horas e horas e de uns dias para os outros sem que conseguíssemos chegar a um acordo.

Devemos agora analisar a experiência que nos trouxe a aplicação dessa "plataforma" e as consequências que ela teve no nosso trabalho na Faculdade.

* se bem que fraca...

as informações nas turmas e os cartazes:

Em geral podemos dizer que as informações nas aulas cobriram relativamente poucas turmas e foram mal dadas. Isto deve-se, acima de tudo, ao facto de termos poucos colaboradores a trabalhar regularmente na Faculdade e logicamente sujeitos a uma "vigilância cerrada". Não conseguindo agregar à sua volta praticamente nenhum novo colaborador que regularmente desse informações e não podendo (como já sabíamos) constituir-se piquetes-volantes que percorresse a Faculdade, as informações orais que se deram - para além da cobertura das (poucas) turmas a que pertenciam os tais colaboradores regulares - foram "programadas" em conversas "de vez em quando" com alguns antigos colaboradores eventuais que se encarregavam das informações também nas suas turmas. As tais eram por isso necessariamente incompletas e mal dadas.

Quanto aos cartazes, eram postos também pelos mesmos e poucos colaboradores e com dificuldade. Pouco depois de serem colocados eram arrancados.

as Comissões de Curso

Matemática: apenas se realizou uma reunião com muito poucas pessoas. Fez-se um primeiro levantamento dos processos de curso e arrastou-se uma discussão em torno de como colocar a questão das incorporações na reunião de curso. Esta não se chegou a realizar embora estivesse convocada várias vezes.

Engenharia: realizou-se também uma reunião de comissão de curso em que o problema das incorporações não foi praticamente abordado. Os estudantes que apareceram mostraram-se mais interessados no tratamento dos problemas de curso que surgiam (computadores...). No fim do semestre "rebentou" o único processo de curso que levou a boicote a exame (cadeira de Geologia do 2.º ano de Civil) e foi conduzido inicialmente por alguns antigos colaboradores eventuais do ano passado com base na questão do programa mínimo exigido para exame.

Biologia: não houve comissões de curso mas sim reuniões de ano a partir das quais se pôs algumas pessoas novas a fazer o imp. do curso, mas sem qualquer significado para o trabalho regular das comissões de curso.

Química-Física: não chegou a haver uma única reunião.

Em conclusão, podemos dizer que as C.C. praticamente não trabalharam, não se tendo conseguido conduzir nenhum processo de curso a partir das incorporações e não se conseguindo chamar um único novo colaborador para o trabalho regular.

a R.G.A.

Só se conseguia realizar muito tarde (quase no fim das aulas) e, mesmo assim, com muito poucas pessoas o que desde logo alterou as suas características. A sua convocação foi bastante dificultada e as reuniões de curso não se chegaram a realizar - com excepção das tais reuniões de ano da Biologia.

não a luta contra as incorporações. Por outro lado, os poucos colaboradores regulares que reuniam com a direcção mostraram-se incapazes de modificar esta disposição.

Outro facto é também muito elucidativo: ninguém, durante o trabalho desenvolvido no segundo período, começou a trabalhar regularmente nas Comissões de Curso.

O que isto indica, claramente, é que a luta contra as incorporações, não se mostrou um facto capaz de agregar mais colaboradores para o trabalho, em alguns estudantes começou a trabalhar base no trabalho pedagógico (inquérito em Biologia-Geologia; geologia em Engenharia civil).

Ainda, e para coroar tudo isto, em engenharia civil, em Física (3^o ano) os estudantes mostravam-se dispostos a não ir a exame, não havendo, inicialmente, ninguém a saber dirigir estes processos possíveis. Foram dirigidos por estudantes que tinham trabalhado no ano passado, desligados actualmente do trabalho da AE, e se no caso da Física o prof cedeu em parte, no caso de engenharia, foi necessário um esforço dos colaboradores de engenharia para conseguir pôr-se à frente do processo.

Quer dizer as movimentações pedagógicas possíveis, que podiam ter posto muita gente a trabalhar eventual e regularmente, reerguendo a imprensa de curso, foram desprezadas, inutilizadas.

2 a questão da r.g.a.

A razão que levou a que se realizasse num dos últimos dias de aulas (tendo sido, por ter pouca gente, transformada num meeting) é fundamentalmente uma razão semelhante à do "marcar passo" das comissões de curso.

Porque é que não se conseguiram mobilizar os estudantes? Sabemos que há dois factores que sempre são fundamentais: a situação das grandes massas de estudantes ser pouco propícia (estarem desmobilizados duma luta anterior, estarem desprestigiadas certas formas de luta, etc...) e o trabalho dos quadros (colaboradores associativos) ser deficiente e mal orientado. Trata-se de ver em que medida elas são superáveis, neste caso concreto, e em que medida é que não são (considerando que estão intimamente relacionados, o trabalho aos quadros pode modificar até certo ponto a predisposição das massas de estudantes, e vice-versa, a situação de mobilização ou desmobilização das massas de estudantes reflecte-se na predisposição dos colaboradores que aparecem para trabalhar).

Acabou-se o primeiro período, como já vimos, com uma situação muito pouco vantajosa para nós, poucos quadros regulares na Faculdade (não suspensos), os estudantes desmobilizados da luta que tinham travado, cheios de faltas, etc... e com a greve desprestigiada.

Seria a incorporação de 7 estudantes na Exército Colonial, facto que seria suficiente para mobilizar os estudantes para formas de luta, de tal for

ma que seria o principal do trabalho a desenvolver pela AE? Seriam os colaboradores, na altura a trabalhar, capazes de modificar esse estado de desmobilização existente, e transformá-lo, pela explicitação das INCORPORAÇÕES, numa real situação de luta? Teriam as estudantes uma posição definida contra a Guerra Colonial, para repudiarem firmemente as incorporações, ou bastaria o "afastamento por 4 anos"⁽¹⁾ para predispor os estudantes para a luta?

Na realidade o que se viu com a aplicação da plataforma, foi que, nas turmas, nas comissões de curso, os estudantes (e quase exclusivamente antigos colaboradores) estavam interessados em saber informações sobre a situação deles, mas que isso, nada acrescentava de especial, à suspensão de meia centena de colagens.

Por outro lado, as informações nas turmas, todo o trabalho dos colaboradores, fazia-se com dificuldade, o que mostrava que, em primeiro lugar, os quadros existentes eram incapazes de fazer um trabalho que modificasse grandemente a predisposição dos estudantes (o que é um dado objectivo) em segundo lugar, que mais ninguém ia às comissões de curso, etc... que pudesse ser agregado na luta contra as incorporações.

O que estes dados mostram, é que a luta contra as incorporações não pode ser o trabalho fundamental a desenvolver pela AE, ou seja, que a proposta 1 não se adequava à situação de mobilização existente ou em potencial.

3 informações nas turmas e cartazes

Uma das bases fundamentais em que assentava a plataforma era a possibilidade de haver boa informação de impacto.

O que é que mostrou a sua aplicação? Mostrou que os colaboradores quando davam informações nas suas turmas, o faziam deficientemente, quer dizer, que não extraíam o que é possível extrair (por um colaborador com alguma experiência) duma informação bem dada. Tal facto era apontado desde o início como difficilmente alterável por muitas pessoas nas RGCs, pois as pessoas que se encontravam a trabalhar eram quase todas, ou novas, ou só podiam dar parte do seu tempo à Faculdade e ao trabalho associativo.

Por outro lado, aqueles que, ao princípio, chamavam "demissionismo" ao facto de colaboradores (alguns) afirmarem nas RGCs que era preciso ter cuidado com professores fascistas, que se necessário não se dariam informações nas turmas que, com pouca gente, não fosse possível encontrar um professor em cuja aula se pudesse dar informações com um mínimo de segurança, viram, e na sua prática demonstraram-no, que isso corresponderia a uma aventura com um triste fim — mais meia dúzia de suspensões.

(1) ou baseado no texto do ITROP 18 ...

4 o trabalho dos colaboradores

Mas pode haver quem diga: "Se não se trabalhou melhor foi por culpa dos colaboradores (e em especial da direcção) porque não contactavam com os estudantes lá de dentro, não puseram os antigos colaboradores a trabalhar".

Será isto verdade? Será esta falha que levou à situação anterior - mente apontada?

O que se passou na comissão de curso de Engenharia, o que se passou na RGA, as dificuldades em arranjar quem desse informações bem dadas nas suas turmas, mostra que se podia ter aumentado o número de estudantes a trabalhar nas comissões de curso seria, não para se integrarem na luta contra as incorporações, mas sim virados para processos pedagógicos (o facto de não o termos feito, fez com que alguns estudantes mais activos, ou antigos colaboradores das C.C. dirigissem as movimentações dos cursos que rapidamente se esboroaram).

Se era difícil agarrar nesses estudantes para tarefas concretas (para ajudar a colocar cartazes, distribuir improvs...) mais difícil seria dá-lhes, a partir de malta suspensa (dirigentes ou colaboradores) tarefas a fazer (de notar aqui que, de início, era extremamente difícil fazer-los vir às RGCs ou RDs para discutir com eles o trabalho que se ia fazer, donde não poderemos estar seguros estar seguros da maneira certa ou errada como é ria fazer isto ou aquilo).

Logo, se o trabalho dos colaboradores fizeram teve muitas falhas, não foram eles que influenciaram directamente o não se ter caminhado no sento do enraizamento das estruturas associativas, o que foi fundamental foi o erro crasso que era a orientação para o trabalho.

Que concluir disto tudo?

Qual a proposta que, na realidade, era mais correcta?

Penso que não há qualquer dúvida, que a proposta 2 era a correcta!